

O SABER DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE PRIMEIROS SOCORROS

JORDANA HERES DA COSTA¹; NINA ABRANTES LEMOS²; KARIELE RODRIGUES GONÇALVES³; ANDRIELE DE SOUZA SIMÕES⁴; DIANA CECAGNO⁵; DEISI CARDOSO SOARES⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – jordanaaheres@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ninaalemos@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – karielerodrigues4@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – andrielesouza@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – cecagnod@yahoo.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – soaresdeisi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros socorros são definidos como as ações iniciais prestadas à pessoas que estejam em risco de morte e a efetividade das intervenções pode sofrer influência de diversos fatores, tais como saber identificar uma emergência e quais as condutas adequadas diante de cada situação (NETO *et al*, 2017).

Escolas se constituem em um contexto passível de ocorrência de acidentes que necessitem de primeiros socorros, isto porque as crianças possuem curiosidade de explorar situações, participam de atividades recreativas e, muitas vezes, desafiam as regras institucionais. Neste sentido, os educadores precisam ter conhecimentos adequados para mediar possíveis acidentes (DE MOURA *et al*, 2021).

Diante de situações graves, saber realizar os primeiros socorros pode ser decisivo para garantir um bom atendimento e reduzir danos à vítima. Assim, surge a Lei Lucas (Lei nº 13.722), que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de recreação infantil (BRASIL, 2018).

A Lei Lucas foi assim nomeada, pois no ano de 2017, Lucas Begalli, de 10 anos, engasgou ingerindo um cachorro-quele servido durante um passeio escolar. Esta fatalidade ocasionou em asfixia mecânica, causando a obstrução da via aérea e consequentemente, o óbito do menino, já que os professores que acompanhavam Lucas não realizaram manobras efetivas de primeiros socorros (RODRIGUES *et al*, 2022).

O objetivo deste trabalho é conhecer as práticas e saberes dos educadores de escolas infantis sobre primeiros socorros.

2. METODOLOGIA

O Projeto de Extensão Promoção à Saúde na Primeira Infância (PSPI), da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), tem por objetivo ofertar ações de educação em saúde para profissionais, crianças e cuidadores, no âmbito das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) (SOARES *et al.*, 2020). Em 2022, ao retornar às atividades de educação em saúde nas escolas, foi realizado um levantamento dos temas que os professores consideravam importantes de serem abordados e foi apontado por todos as noções de primeiros socorros.

Para dar conta do objetivo do projeto, da solicitação dos professores, articulado ao preconizado pela Lei Lucas, optou-se por realizar uma enquete junto aos professores e funcionários de três EMEIs sobre o conhecimento acerca dos primeiros socorros.

Estas três escolas foram escolhidas devido ao vínculo prévio com o projeto e com membros do grupo. Após autorização da direção das EMEIs, foi entregue um questionário com 23 questões, sendo 20 objetivas e três questões abertas, abordando o perfil dos profissionais, conhecimento da Lei Lucas, capacitações anteriores, existência de kit primeiros socorros na escola e temas sobre emergências pediátricas, tais como: convulsão, engasgo, reconhecimento de parada respiratória e cardíaca, queda, queimadura e sangramento nasal, todas enfocando as ações que os profissionais realizariam no atendimento imediato às crianças.

Foram entregues 60 formulários, destes, retornaram 42. Os dados foram coletados nos meses de agosto e setembro de 2023. As respostas foram inseridas numa planilha do programa Excel e analisadas no programa Stata 12.0, de forma descritiva, em frequência simples: absoluta e relativa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as informações obtidas através dos formulários, foi possível constatar que a maior parte dos profissionais entrevistados são mulheres (95.4%), com média de idade de 40 anos (52.38%, possuem idade entre 36 a 45 anos). Quanto à função exercida na escola, 50% são professoras, 21.4% são auxiliares de educação e as demais estão distribuídas em funções administrativas e serviços gerais.

Quando questionadas sobre a Lei Lucas, 31% disseram que não conhecem a lei e 47.6% nunca participou de nenhuma capacitação sobre primeiros socorros. Já os profissionais que foram capacitados em algum momento (52.4%), relataram que o ano de participação foi entre 2015, 2018 e 2019 (2.4% em cada ano), 2021 (9.5%) e 2022 (19%), sendo ações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação (26.2%), onde se destaca os enfermeiros e bombeiros como instrutores.

Diante do exposto, percebe-se que a temática dos primeiros socorros começou a ser trabalhada nas escolas com maior ênfase após a promulgação da Lei Lucas. Esta lei, diz ainda, que os estabelecimentos de ensino ou recreação das redes pública e particular deverão dispor de kits de primeiros socorros (BRASIL, 2018). Sendo assim, outra questão abordada no formulário tratava sobre a existência do kit primeiros socorros, onde apenas uma das três escolas possui recursos para atender os alunos durante uma emergência, porém, poucos profissionais sabem onde o kit fica armazenado e o que contém nele.

Quanto aos locais de risco, os profissionais da educação consideram o pátio/prça externa como ambientes de maior potencial para acidentes. Dentre os 42 respondentes, apenas dois não sabiam exatamente o número do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Bombeiros, confundindo ambos.

Na segunda parte do formulário, as questões avaliaram a conduta dos profissionais em situações de emergência, onde, em torno de 80% verificam a respiração adequadamente (observando a movimentação do tórax ou abdômen) e 70% identifica a presença de batimentos cardíacos localizando a artéria carótida. Quanto ao engasgo, 81% realizariam os passos da Manobra de Heimlich para bebês. A manobra consiste em posicionar a vítima sobre o antebraço de quem

presta o socorro, em decúbito ventral, utilizando o dedo indicador e médio para manter a boca aberta. Em seguida, cinco batidas devem ser realizadas com a base da mão entre os ombros. Após esta primeira etapa, a criança deve ser posicionada em decúbito dorsal, com a cabeça mais baixa que o restante do corpo e cinco compressões devem ser feitas no tórax da vítima, observando sinais de desengasgo, como tosse, choro ou vômito. Em caso de não haver efetividade nas técnicas empregadas, é necessário repeti-las até a chegada do socorro especializado (BONETTI; GOÉS, 2017).

Em quedas com batida de cabeça, 47.6% dos entrevistados disseram que colocariam compressas frias no local e manteriam a criança em observação e 45.2% chamariam a emergência. Ambas são condutas adequadas, visto que, a utilização de bolsas térmicas é importante para aliviar a dor devido ao choque do trauma, e os profissionais do serviço de saúde poderão observar sinais e sintomas que despertam alerta, como alterações nas pupilas (POSSUELO *et al*, 2022).

Sobre convulsões, 85.7% identificaram a conduta correta, que consiste em proteger a criança para que não se machuque, lateralizar a sua cabeça para evitar que engasgue e chamar a emergência. A vítima deve ser mantida deitada até que ela retorne a consciência e controle (DE FARIAS *et al*, 2021). Quanto às queimaduras, as crenças populares estavam dentre as possíveis respostas, como o uso de creme dental ou furar as bolhas, porém, 69% marcou a opção correta: cobrir a queimadura com gazes molhadas para evitar desidratação e procurar atendimento (SBQ, 2018).

O sangramento nasal também seria manejado de forma adequada: baixando a cabeça da criança e colocando um pano molhado sobre o nariz, evitando que o sangue escorra para a faringe e chegue ao estômago ou obstrua as vias aéreas. Neste momento, a criança deve ser orientada a respirar pela boca, até que não seja mais necessário realizar as compressões (POSSUELO *et al*, 2022).

Ao final, os participantes puderam responder abertamente a quais temáticas gostariam que fossem trabalhadas em uma capacitação sobre primeiros socorros, destacando o engasgo, quedas, convulsões e sangramentos, visto que foram situações que os mesmos descreveram ter presenciado nas escolas, onde 23.8% precisou agir em algum desses casos.

4. CONCLUSÕES

O resumo revela que ainda é necessário maior disseminação sobre a Lei Lucas, visto que, existem profissionais que a desconhecem. De certo, é preciso destacar que somente uma escola participante da enquête possui o kit de primeiros socorros conforme recomendado e, os funcionários desconheciam sua localização e conteúdo, isso enfatiza a necessidade de todos os profissionais estarem informados para um atendimento rápido e redução da tensão entre todas as partes envolvidas no momento do atendimento. Ademais, é importante que sejam realizadas ações no âmbito das EMEIs, haja vista, uma importante rotatividade entre os profissionais e as demandas referentes aos primeiros socorros. Dessa forma, as ações propostas pelo PSPI irão contribuir para a promoção e prevenção, com o objetivo de reduzir danos evitáveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, S.; GÓES, F. **O que fazer quando seu bebê engasgar?** Universidade São Paulo, USP. Ribeirão Preto: São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3x4CzdA>>. Acesso em set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.722 de 04 de outubro de 2018. Dispõe sobre a capacitação de professores e colaboradores das escolas em técnicas de primeiros socorros. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm>. Acesso em set. 2023.

DE FARIAS, E. F.; et al. **Cartilha de primeiros socorros: convulsão [recurso digital]**. 1. ed., João Pessoa: CCTA, 2021. Disponível em: <<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/saude/cartilha-de-primeiros-socorros-convulsao/cartilha-convulsao-novo.pdf>>. Acesso em set. 2023.

DE MOURA, J. S. G.; et al. Primeiros socorros nas escolas: uma revisão integrativa. **Revista Portuguesa de Educação Contemporânea**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 72-85, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpec/article/view/387>>. Acesso em set. 2023.

NETO, N. M. G.; et al. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, Recife, v. 30, n. 1, p. 87-93, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/MSchgJRB6rds7HHx4TbWZ9B/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em set. 2023.

POSSUELO, L.G. et al. **Primeiros socorros na educação infantil [recurso eletrônico]**. 1. ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3356/1/Primeiros%20socorros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil.pdf>>. Acesso em set. 2023.

RODRIGUES, A. O.; et al. Primeiros socorros no contexto escolar: a importância da Lei Lucas para a formação de professores. In: **XXVII JORNADA DE PESQUISA**, Rio Grande do Sul, 2022. Vice-reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão, 2022, Salão do Conhecimento, 2022. p. 1-10.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUEIMADURAS. **Prevenir para evitar: manual de prevenção de queimaduras**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cras/contents/noticias/campanha-junho-laranja-com-fogo-nao-se-brinca/cartilha-prevencao_sbq-1.pdf>. Acesso em set. 2023.

SOARES, D.C et al. Capítulo - Tecnologia de Informação e Comunicação como ferramenta para promoção à saúde na primeira infância em tempos de distanciamento social. In: MICHELON, A.R.B; BANDEIRA, A.R.; LIMA, P.G.; ZIMMERMANN, L.S.D (org.). **Conexões para um tempo suspenso: extensão universitária na pandemia [recurso eletrônico]**, 2020. p. 266-279. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6834>> Acesso em: 12 set. 2023.